



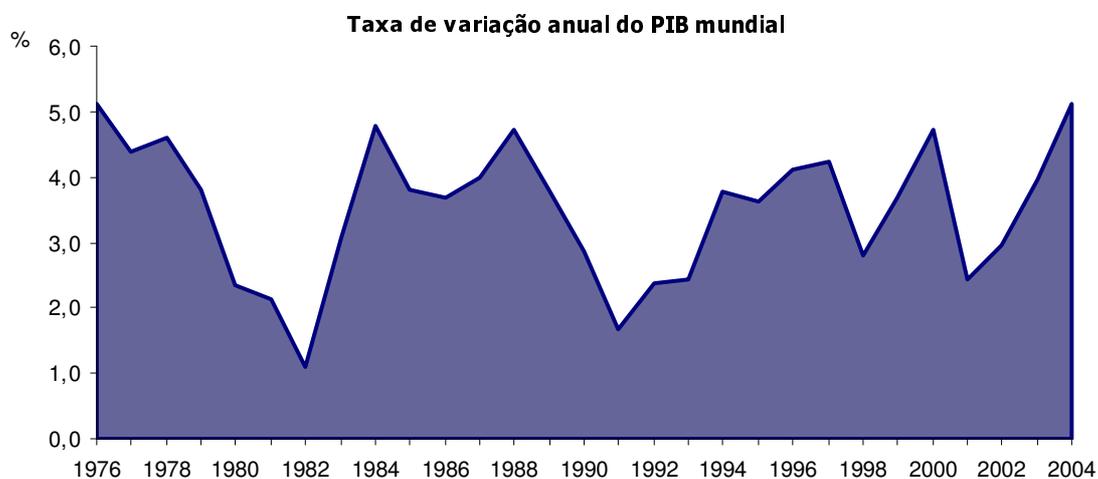
Data	Tema	Acontecimento
16/11	Emprego	INE divulgou Estatísticas do Emprego – 3.º trimestre 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2005/d051116/d051116.pdf
22/11	Economia	OCDE divulgou Contas trimestrais – 3.º trimestre 2005 Informação disponível em: http://www.oecd.org/dataoecd/36/25/35690088.pdf
22/11	Economia	INE divulgou Síntese Económica de Conjuntura – 3.º trimestre 2005 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2005/d051122-2/d051122-2.pdf
24/11	Economia	OCDE divulgou Statistical Newsletter – Novembro 2005 Informação disponível em: http://www.oecd.org/dataoecd/3/3/35723250.pdf
24/11	Economia	Eurostat divulgou Eurostat Yearbook – 2005 Informação disponível em: http://epp.eurostat.cec.eu.int/cache/ITY_OFFPUB/KS-CD-05-001/EN/KS-CD-05-001-EN.PDF

Do projecto do **Plano e Programa de Investimentos e Despesas da Região Autónoma da Madeira** para 2006 (PIDDAR), transcrevemos os capítulos “Contexto Internacional, Europeu e Nacional” e “Análise da Situação Económica e Social da Região Autónoma da Madeira”, pelo interesse da sua divulgação.



ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Em 2004, a economia mundial registou um desempenho económico significativo e relativamente generalizado nas principais áreas económicas mundiais. O crescimento económico de 5,1% observado correspondeu, de acordo com o Banco de Portugal, à taxa mais elevada dos últimos 25 anos, conforme mostra o gráfico seguinte. O robustecimento do produto mundial foi acompanhado por uma forte expansão das trocas comerciais a nível global, por uma recuperação dos fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE) e pela melhoria generalizada das condições de financiamento.



Fonte: FMI

A expansão da economia mundial foi especialmente forte nos primeiros meses do ano, desacelerando posteriormente na maioria dos países. À semelhança dos anos anteriores, a expansão económica registada em 2004 continuou a ser liderada pelos Estados Unidos (EUA) e pela Ásia.

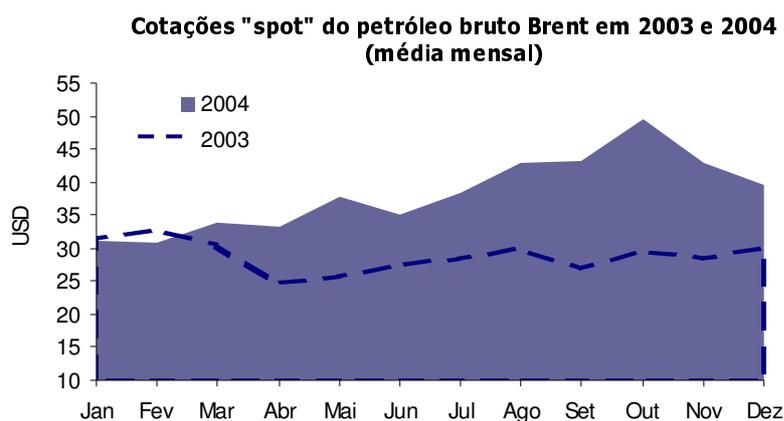
De acordo com as projecções do Banco Central Europeu (BCE), é de esperar que a conjuntura externa da área do euro permaneça favorável em 2005 e em 2006, com o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) mundial fora da área do euro a atingir cerca de 4,8% em 2005 e 4,6% no ano seguinte, devendo, por conseguinte, manter o dinamismo dos últimos anos, ainda que com uma intensidade ligeiramente inferior. O crescimento real do PIB dos EUA e dos países asiáticos deverá continuar robusto,



embora um pouco mais moderado que o verificado em 2004. O BCE antevê que o crescimento económico dos principais mercados externos de exportação da área euro se situe em cerca de 7,1% em 2005 e em 7,2% em 2006.

A dinâmica do crescimento económico mundial sustentou uma forte procura de matérias-primas a nível global, contribuindo significativamente para os aumentos dos seus preços em 2004. No ano em questão, os preços das matérias-primas não energéticas cresceram cerca de 22%, sendo de destacar o aumento continuado do preço do ferro e do aço.

Os preços do petróleo aumentaram durante a maior parte do ano de 2004, num contexto de considerável volatilidade. O preço do petróleo bruto Brent atingiu um pico de 51 dólares no final de Outubro, face aos 30 dólares no início do ano. No conjunto de 2004, o preço médio do petróleo bruto Brent foi de 38 dólares, 33% acima da média de 2003. Esta evolução reflectiu a robustez da procura mundial de petróleo, bem como as preocupações de segurança relativamente aos fornecimentos de petróleo e repercutiu a limitada capacidade de resposta da cadeia de produção. A estes factores acresceu a manutenção de níveis de existências de petróleo para fins comerciais em mínimos históricos por parte dos países da OCDE, o que diminuiu a capacidade de reacção face a perturbações pontuais da oferta. O gráfico seguinte mostra a evolução dos preços médios mensais do petróleo bruto Brent em 2003 e 2004.



Fonte: Ministério da Economia e da Inovação – GEPE



A Economia norte-americana registou um crescimento vigoroso em 2004, tendo o PIB registado um acréscimo de 4,4%, em termos reais, o que se traduziu na mais elevada taxa de crescimento dos últimos 5 anos.

O crescimento real do PIB foi sustentado pela manutenção da robustez do consumo das famílias que aumentou, em 2004, cerca de 3,8% face ao ano anterior e pelo fortalecimento do investimento empresarial, que registou um acréscimo de 9,7% face ao ano anterior. Por seu lado, o comércio líquido deu um contributo negativo para o crescimento (-0,6%), tendo o défice da conta corrente atingido um nível sem precedente de 5,7% do PIB.

De acordo com as previsões da OCDE, o PIB dos Estados Unidos deverá crescer cerca de 3,6% em 2005 e 3,3% no ano seguinte. O crescimento deverá ser alicerçado sobretudo no crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (5,8% e 5,1% para 2005 e 2006, respectivamente) e no Consumo Privado (3,8% em 2005 e 3,4% no ano seguinte). O Consumo Público (1,9% em 2004) deverá continuar a crescer abaixo dos 2% nos dois anos seguintes.

No Japão, o produto cresceu 2,6% em 2004, a taxa mais elevada desde 1996. No entanto, o crescimento registado reflecte essencialmente o desempenho favorável da economia no primeiro trimestre, já que esta praticamente estagnou nos trimestres seguintes. A drástica redução do investimento público no segundo trimestre e a perda de estímulo externo, bem como a diminuição do consumo privado na segunda metade do ano, terão estado na base desta evolução.

O forte crescimento da procura interna, especialmente na componente do investimento privado, deverá inverter a tendência de abrandamento que a economia nipónica registou a partir do segundo trimestre do ano 2004, sendo previsível um crescimento do PIB em torno dos 2% para 2005 e 2006.

Nas economias de mercado emergente asiáticas, a actividade económica cresceu 7,8% em 2004, muito dinamizada pelo comércio intra-regional, nomeadamente com a China. A economia chinesa manteve um elevado ritmo de crescimento, atingindo os 9,5% no ano em causa, assente essencialmente no comportamento dinâmico das exportações e do investimento. Não obstante, o dinamismo do crescimento atenuou-se perto do final

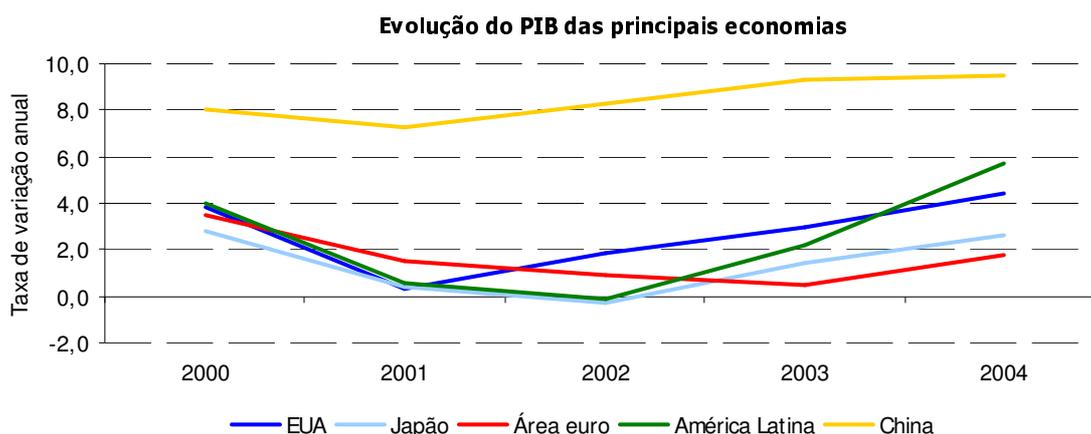


de 2004, num contexto de moderação da procura externa e dos preços elevados do petróleo.

As previsões económicas para a Ásia (excluindo o Japão) indicam a manutenção do vigor da actividade económica, com as projecções a apontarem para um crescimento do PIB a rondar os 7% nos anos de 2005 e 2006. A actividade económica chinesa deverá abrandar ligeiramente, esperando-se um crescimento na ordem dos 8,4%, até ao horizonte de 2006.

Na América Latina, a situação económica apresentou uma melhoria considerável, passando de um crescimento anual (em termos reais) de 2,2% em 2003, para uma subida de 5,7% em 2004. Esta evolução ficou a dever-se à actividade de exportações e à dinâmica da procura interna. O crescimento no Brasil (5,2%) e no México (4,4%) intensificou-se em 2004, sustentado principalmente pela robustez das exportações e pelo reforço da actividade de investimento. Na Argentina, a recuperação da actividade económica manteve-se forte (9%), embora tenha registado uma ligeira moderação no decorrer do ano.

Relativamente ao desempenho económico da América Latina para 2005 e 2006, os sinais existentes permitem projectar um crescimento robusto da actividade económica, ainda que com menor intensidade. Assim, o crescimento económico na América Latina deverá atingir os 3,9% 2005 e os 3,6% no ano seguinte. O gráfico seguinte sintetiza a evolução recente das principais economias mundiais.



Fonte: Banco de Portugal



ENQUADRAMENTO EUROPEU

A recuperação da actividade económica na área euro, iniciada na segunda metade de 2003, continuou em 2004. De acordo com o BCE, o PIB da área euro cresceu 1,8%, beneficiando do forte crescimento económico mundial. No decorrer de 2004, verificou-se um enfraquecimento do ritmo de expansão da actividade económica, reflexo do abrandamento das exportações e do aumento dos preços do petróleo, que não foram suficientemente compensados pelo maior dinamismo da procura interna.

No que diz respeito às maiores economias da área euro, salienta-se o crescimento mais acentuado da França (2,4%) e da Espanha (2,7%), cuja actividade foi sustentada pela procura interna, designadamente pelo consumo privado. Em contraste, em Itália e sobretudo na Alemanha, países onde o crescimento económico se situou em 1%, a recuperação face a 2003 assentou nas exportações líquidas, tendo a procura interna permanecido fraca.

O crescimento real do PIB nos restantes Estados-Membros da União Europeia situou-se acima dos 5%, ultrapassando, em geral, a média da área euro. A dinâmica evidenciada foi liderada pelo investimento, cujo elevado conteúdo importado se traduziu num substancial aumento das importações. O contributo das exportações líquidas para o crescimento foi, em geral, limitado ou negativo.

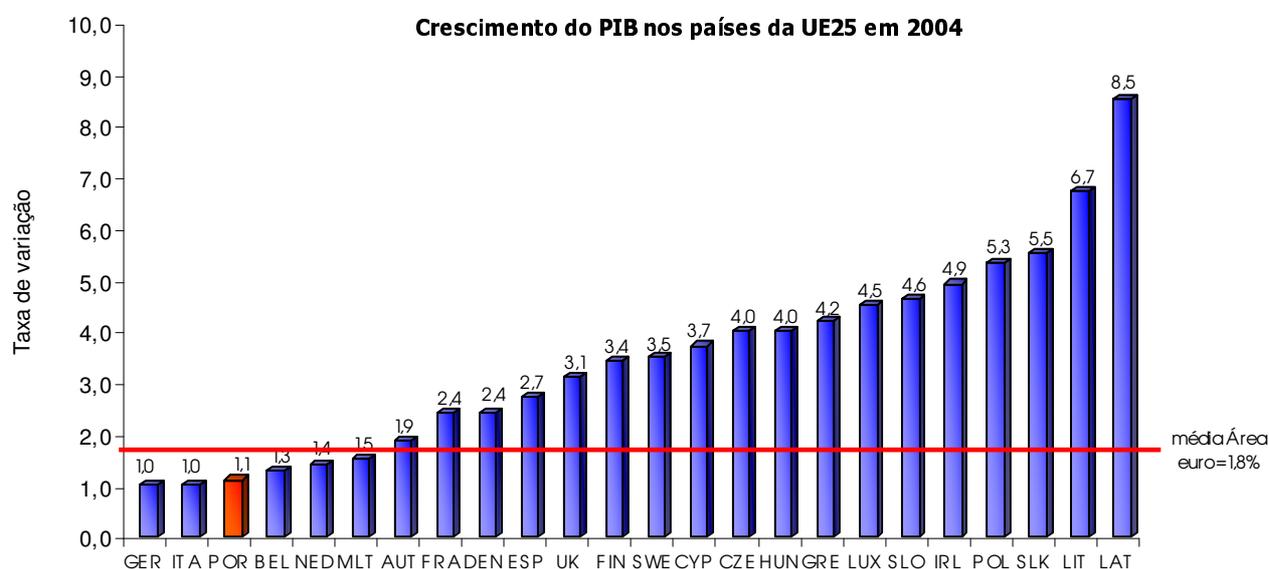
O crescimento do produto registou o valor mais elevado nos Estados bálticos, com especial destaque para a Letónia (8,5%) e para a Polónia (5,3%), países com o mais baixo nível do PIB *per capita* na UE. Na outra extremidade da escala, o crescimento do produto registou o valor mais reduzido na Dinamarca (2%) e em Malta (1,8%), embora o crescimento do PIB real tenha começado a recuperar nestes países, face às taxas moderadas prevalecentes em 2003.

No Reino Unido, a actividade económica, em 2004, manifestou um dinamismo superior ao dos países da área euro, tendo registado um crescimento de 3,1%, mais 0,9 pontos percentuais do que no ano anterior. A aceleração económica neste país ficou a dever-se à robustez da procura interna, mais concretamente ao dinamismo das componentes consumo privado e investimento, que registaram um acréscimo ao longo do ano, num contexto de crescimento acentuado dos salários e de elevados lucros das empresas. O



contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB foi mais negativo do que no ano anterior, em virtude da forte aceleração das importações.

Os países europeus continuaram assim a apresentar ritmos de expansão da actividade muito diferenciados, embora a dispersão das taxas de crescimento do PIB se tenha reduzido face a 2003. Portugal voltou a registar, em 2004, uma das mais reduzidas taxas de crescimento, mantendo-se como um dos países da UE25 com pior evolução da actividade económica nos últimos anos. O gráfico seguinte ilustra o desempenho económico registado em 2004 pelos Estados-Membros da UE25, através da taxa de variação face ao ano anterior.



Em relação à evolução da actividade económica na UE25 para 2005 e 2006, o BCE prevê que o crescimento real médio anual do PIB se situe entre 1,0% e 1,6% em 2005 e entre 1,3% e 2,3% em 2006. Com base no pressuposto do fortalecimento contínuo da procura externa, espera-se que no decorrer de 2005 e 2006, o crescimento das exportações continue a apoiar a actividade económica, devendo a procura interna registar um fortalecimento progressivo.

No que respeita ao mercado de trabalho o desemprego manteve-se nos níveis observados em 2003, voltando a registar-se uma taxa de 8,9% em 2004. De acordo



com a OCDE, deverá ocorrer um ligeiro agravamento deste indicador em 2005 (9,0%) seguido de uma recuperação pouco significativa em 2006, altura em que a taxa de desemprego deverá baixar para os 8,7%. Por seu lado, o FMI tem uma perspectiva mais optimista, esperando uma quebra da taxa de desemprego já em 2005, passando para os 8,7%, evolução que deverá ter continuidade no ano seguinte, passando para os 8,4%. O emprego deverá evoluir favoravelmente, esperando-se aumentos na ordem dos 1,6% em 2005 e 1,7% em 2006.

As projecções para o crescimento real do PIB e para o emprego implicam que o crescimento da produtividade do trabalho irá recuperar lentamente. Como consequência da evolução dos salários e da produtividade, espera-se que o crescimento dos custos unitários do trabalho permaneça relativamente contido em 2005 e 2006.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

A economia portuguesa voltou a crescer, em 2004, embora a um ritmo moderado. As estimativas do Banco de Portugal dão conta de um crescimento do Produto Interno Bruto em termos reais de 1,1%, após a quebra de idêntica magnitude observada no ano anterior.

O crescimento da economia em 2004 assentou no dinamismo da procura interna, em particular do consumo privado. As importações apresentaram um forte crescimento e assistiu-se a uma perda de quota de mercado por parte das empresas exportadoras portuguesas. Este padrão de crescimento traduziu-se num novo aumento do endividamento do sector privado não financeiro, especialmente dos particulares, bem como num agravamento das contas externas, que interromperam a trajectória de ajustamento dos últimos dois anos.

O défice das administrações públicas situou-se em 2,9% do PIB em 2004, tal como havia acontecido em 2003. A manutenção do défice abaixo do valor de referência de 3% do PIB, conforme indicações do Pacto de estabilidade, exigiu, à semelhança do sucedido em 2002 e 2003, o recurso a um conjunto muito significativo de medidas de carácter temporário. Nestas condições, em 2004, verificaram-se progressos limitados



em matéria de consolidação orçamental, não obstante a necessidade de correcção do desequilíbrio estrutural significativo das contas públicas.

A evolução mais favorável da produção nacional em 2004 foi extensiva à generalidade dos sectores de actividade. O sector dos serviços continuou a crescer a um ritmo superior ao do PIB e a reforçar a sua importância relativa na estrutura produtiva portuguesa. Por seu lado, a produção na indústria transformadora registou uma variação nula em 2004, após a queda de 1% observada no ano anterior.

O fraco dinamismo da indústria transformadora ficou a dever-se ao agravamento significativo dos custos unitários de trabalho relativos observado nos últimos anos, parcialmente motivado pela apreciação acumulada do euro, bem como pelo acréscimo da concorrência internacional e pelo aumento do preço das matérias-primas e da energia.

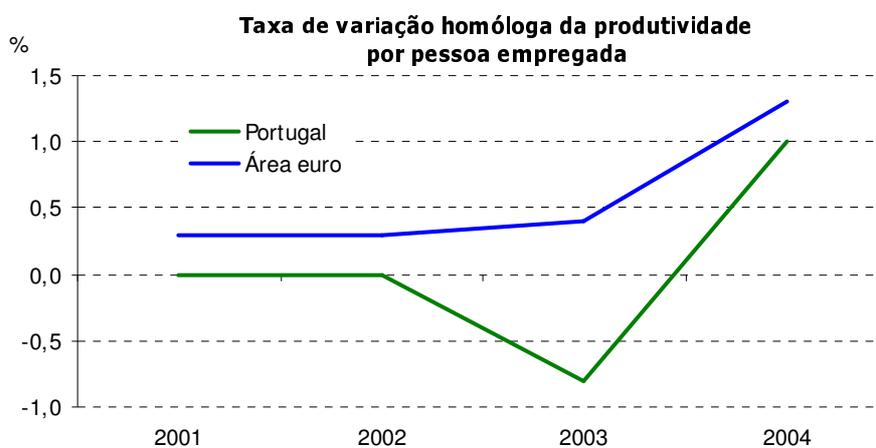
O comportamento do mercado de trabalho em 2004 foi globalmente consistente com a evolução da actividade económica. O emprego estabilizou, reflexo de uma redução do emprego por conta própria, compensada por um crescimento do emprego por conta de outrem. No sector dos serviços voltou a registar-se uma criação líquida de emprego, que contrasta com a contracção observada nos restantes sectores de actividade, o que demonstra as dificuldades competitivas em alguns segmentos da indústria e reforça o fenómeno de terciarização da estrutura produtiva portuguesa.

A capacidade de criação de emprego no sector dos serviços tem contribuído para limitar o crescimento do desemprego, não tendo sido no entanto suficiente para inverter a evolução registada nos últimos anos. Com efeito, taxa de desemprego evoluiu negativamente em 2004 fixando-se nos 6,7%, mais 0,4 pontos percentuais do que no ano anterior.

No actual contexto de elevada concorrência dos mercados, a produtividade do trabalho afigura-se cada vez mais como uma das principais fontes de crescimento do produto e contribui significativamente para o aumento da competitividade económica. O esforço da melhoria dos níveis de produtividade do trabalho deve pois constituir uma preocupação central da economia nacional no processo de convergência com as economias mais avançadas.



A produtividade por trabalhador registou, em 2004, um crescimento de 1%, revertendo a quebra observada em 2003. No entanto, e apesar da evolução positiva neste ano, a produtividade por pessoa empregada cresceu a um nível inferior ao registado na área euro, que registou um acréscimo de 1,3%. Não obstante, é de assinalar o facto do diferencial entre as remunerações reais e a produtividade ter sido negativo (-0,9 pontos percentuais), o que aconteceu pela primeira vez desde 1997. O gráfico seguinte mostra o crescimento anual da produtividade por pessoa empregada em Portugal e na área euro.



Fonte: Banco de Portugal

Os custos unitários de trabalho (CTUP) em Portugal cresceram 1,6% em 2004, o que representou um abrandamento de 1,7 p.p. relativamente a 2003. A desaceleração dos CTUP foi, contudo, muito mais moderada ao nível do sector privado da economia, reflectindo o maior crescimento das remunerações neste sector. De acordo com as estimativas do Banco de Portugal, em 2004, o diferencial de crescimento dos CTUP em relação à área do euro foi de cerca de 0,7 p.p. quando no ano anterior o diferencial era de 1,3 p.p.. A manutenção da tendência de crescimento dos CTUP relativos reflecte, apesar da desaceleração registada em 2004, a continuação de um crescimento salarial superior ao verificado na área euro e uma evolução desfavorável da produtividade relativa em Portugal.



A inflação, medida pela taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), situou-se em 2,4%, menos 0,9 p.p. do que no ano anterior. A redução da inflação média reflectiu a forte desaceleração dos preços observada ao longo de 2003, num contexto de contracção da procura interna, o abrandamento significativo dos salários e a acentuada apreciação do euro. Com efeito, ao longo de 2004, a taxa de inflação manteve-se relativamente estável em torno dos níveis registados no final do ano anterior. A redução dos preços relativos de importação de bens de consumo nos últimos anos, associada ao aumento da taxa de penetração real das importações, contribuiu para conter as pressões sobre os preços dos bens, apesar do forte aumento do preço internacional do petróleo.

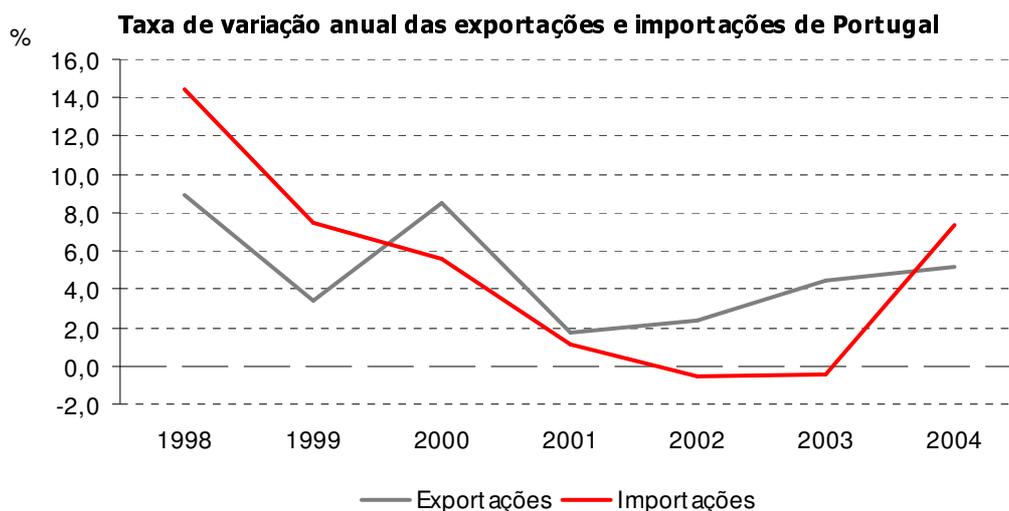
A formação bruta de capital fixo (FBCF) apresentou um crescimento real de 1,3% em 2004, depois de ter registado reduções muito fortes nos dois anos anteriores (atingindo quebras de 5,1% e de 9,9% em 2002 e 2003, respectivamente). Assim, apesar desta recuperação, o nível de FBCF em 2004, em termos reais, ainda se encontrava mais de 10% abaixo do nível verificado em 2001. A melhoria das perspectivas de evolução da procura, em particular no primeiro semestre de 2004, bem como a manutenção de condições de financiamento muito favoráveis, influenciaram positivamente o investimento empresarial, não obstante o elevado nível de endividamento das empresas.

No que diz respeito ao comércio internacional, em 2004, assistiu-se a um forte crescimento da procura de bens de elevado conteúdo importado, resultando numa expansão significativa das importações, que após uma ligeira queda em 2003, aumentaram 7,4% em 2004. Por seu turno, as exportações de bens e serviços aumentaram 5,2%, mais 0,7 p.p. do que em 2003. A recuperação significativa das exportações de serviços contrastou com a desaceleração acentuada das exportações de mercadorias, que apresentaram perdas de quota de mercado significativas. Esta evolução dos fluxos comerciais determinou um contributo negativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB de 1,1 p.p., após o contributo positivo de 1,6 p.p. registado em 2003.

A contínua deterioração da competitividade das exportações portuguesas, com efeitos perversos na evolução das quotas de mercado das empresas exportadoras nacionais, tem, de acordo com o Banco de Portugal, como principal raiz o crescimento dos custos



unitários de trabalho em Portugal face aos seus concorrentes. Este resultado é especialmente adverso dada a progressiva liberalização dos mercados internacionais e consequente acréscimo da concorrência de países terceiros nos mercados de exportação, em particular num contexto de apreciação do euro. O gráfico abaixo mostra a evolução registada na componente externa do produto, desde 1998 até 2004.



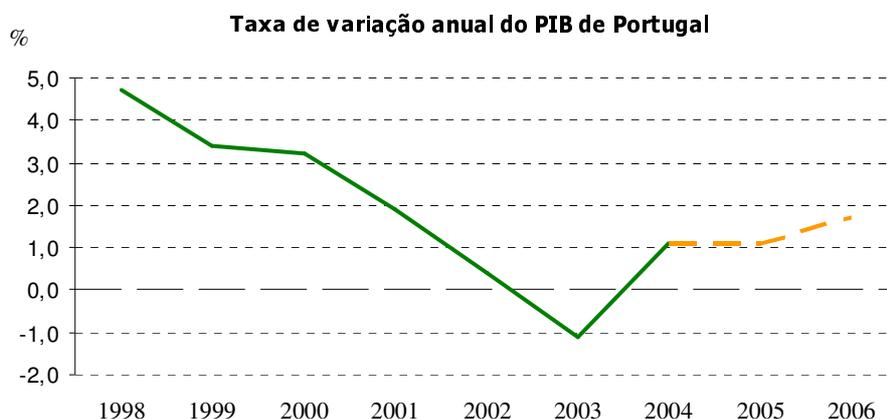
Fonte: Banco de Portugal

Em síntese, apesar da recuperação da actividade económica em 2004, Portugal continuou a apresentar uma das mais baixas taxas de crescimento da União Europeia, acentuando a divergência face aos níveis médios de rendimento *per capita* na Europa. O fraco desempenho da economia portuguesa nos últimos anos reflecte um conjunto de debilidades de carácter estrutural que limitam o crescimento da produtividade e que têm dificultado a adaptação ao novo regime macroeconómico que decorre da participação na área euro e a resposta ao reforço da concorrência externa.

As perspectivas para 2005 e 2006 apontam para a manutenção de um crescimento económico moderado, sendo de esperar que a procura interna venha a abrandar ligeiramente em 2005. As projecções para o mercado de trabalho indicam que não deverão ocorrer melhorias significativas, sendo de esperar um crescimento do emprego à volta dos 0,3% no horizonte temporal e um ligeiro agravamento da taxa de desemprego em 2005, que deverá situar-se nos 7%, mantendo-se neste nível no ano



seguinte. Assim, o PIB de Portugal deverá crescer 1,1% em 2005 e acelerar ligeiramente no ano seguinte, esperando-se um aumento do produto em torno dos 1,7%. O gráfico que se segue ilustra o desempenho da economia portuguesa nos últimos anos e mostra as expectativas de crescimento para os anos de 2005 e 2006.



Fonte: Banco de Portugal

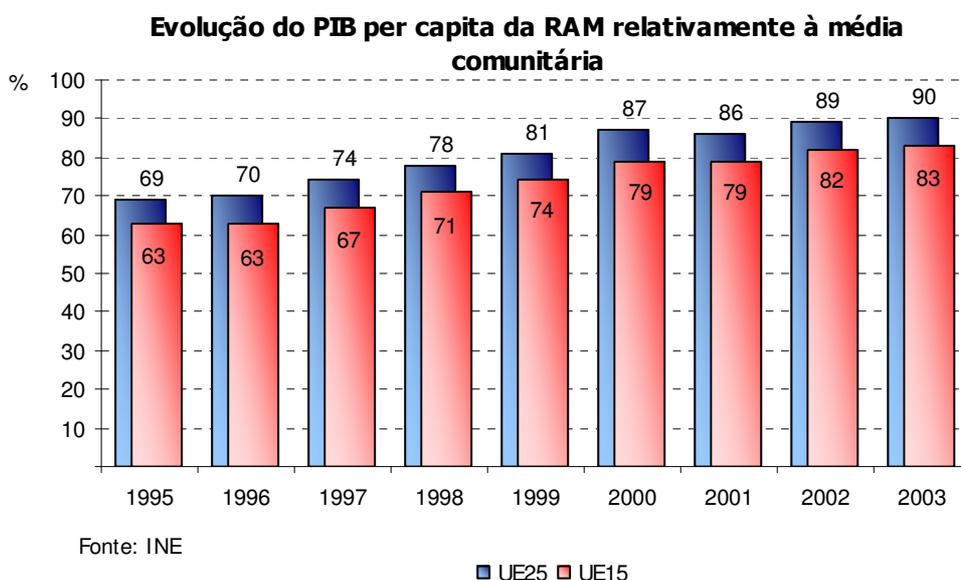
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Apesar dos constrangimentos associados e não obstante a conjuntura externa menos favorável, o clima de estabilidade política, o estatuto político-administrativo que confere à Região autonomia governativa e os investimentos que se tem vindo a levar a cabo nos últimos anos, permitem à Região prosseguir um desenvolvimento económico forte e sustentado, assente na equidade social, na valorização do capital humano e no desenvolvimento integrado de todos os concelhos através da concretização das infra-estruturas de base necessárias.

A recente evolução da situação económica e social da Região Autónoma da Madeira (RAM) tem sido marcada pelo forte crescimento do PIB que, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), registou, em 2003, uma taxa de crescimento de 5,1% face ao ano anterior.



A dinâmica de crescimento regional resultou numa aproximação significativa ao nível médio de rendimento da União Europeia e numa consolidação da sua posição relativamente à média nacional, tendo a Região registado, em 2003, um PIB *per capita* equivalente a 90% da média da UE25 (89% em 2002) e 21% acima da média nacional, mais 4 p.p. do que no ano anterior. O gráfico que se segue mostra a convergência da Região com a União Europeia em termos de PIB *per capita*, desde 1995.



Relativamente à estrutura da economia regional, a evolução do Valor Acrescentado Bruto (VAB), reflecte uma clara tendência de terciarização da economia madeirense, com o sector terciário a representar, de acordo com o INE, 81,4% do VAB da Região, em 2003, mais 1,4 p.p. que no ano anterior. Por sua vez, o sector secundário representava 15,7% da riqueza produzida na Região, nesse ano. O sector primário tem mantido um peso reduzido na economia regional (2,9% do VAB, em 2003) não apresentando evoluções significativas relativamente aos anos anteriores, conforme pode verificar-se no quadro que se segue.



Estrutura do VAB da Região por sectores de actividade

Sectores de Actividade	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Primário	4,0	3,7	3,5	3,2	3,0	2,7	2,9	2,8	2,9
Secundário	18,0	17,8	17,1	19,2	18,8	20,1	19,5	17,1	15,7
Terciário	78,0	78,5	79,5	77,5	78,2	77,2	77,6	80,1	81,4

Fonte: Direcção Regional de Estatística; INE

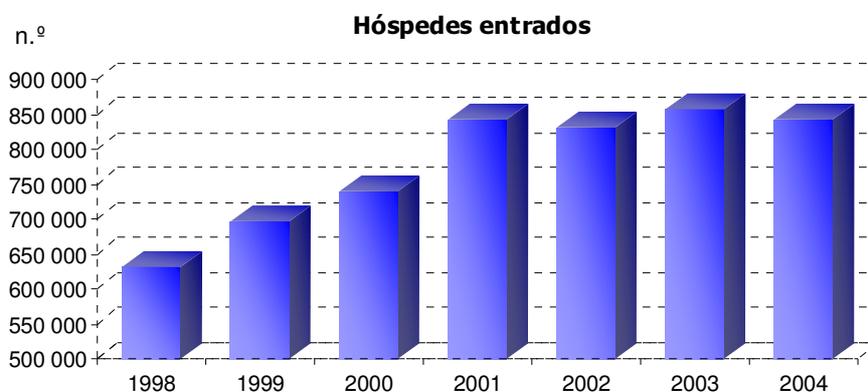
Conforme os últimos dados apresentados pelas entidades estatísticas responsáveis, os ramos de actividade que mais contribuíram para o VAB regional, em 2003, foram as Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas (com 17,3% do VAB da Região), a Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória (com 13,5%) e o Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e Bens de Uso Pessoal e Doméstico (13,2%). As actividades ligadas aos Transportes, Armazenagem e Comunicações têm vindo a apresentar um peso relativo também significativo na Região, representando, em 2003, os 9,8%, com as actividades de Alojamento e Restauração a ter um peso de 9,4% na economia regional. Esta informação permite aferir a importância das actividades directa e indirectamente ligadas ao turismo, assim como a relevância das actividades relacionadas com a administração pública regional, que continuam assim responsáveis, em larga medida, pelo dinamismo económico que a Região apresenta, nomeadamente no sector dos serviços.

Não obstante o desempenho económico significativo dos últimos anos, suportado essencialmente pela dinâmica do sector dos serviços, a actividade turística na RAM foi marcada, em 2004, por uma evolução menos favorável nos principais indicadores.

Segundo dados da Direcção Regional de Estatística, o número de hóspedes entrados registou uma diminuição de 1,7% relativamente ao ano anterior. As dormidas acompanharam a evolução do número de hóspedes, apesar de ligeiramente mais acentuada, tendo registado um decréscimo de 1,9%. Esta evolução conduziu a uma redução dos proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros da Região, ainda que pouco significativa (0,6%). No entanto, o número de estabelecimentos hoteleiros em funcionamento na Região continua a registar um crescimento significativo (mais 7,6% que no ano anterior), resultando num acréscimo do número de camas de 4,7%, o que

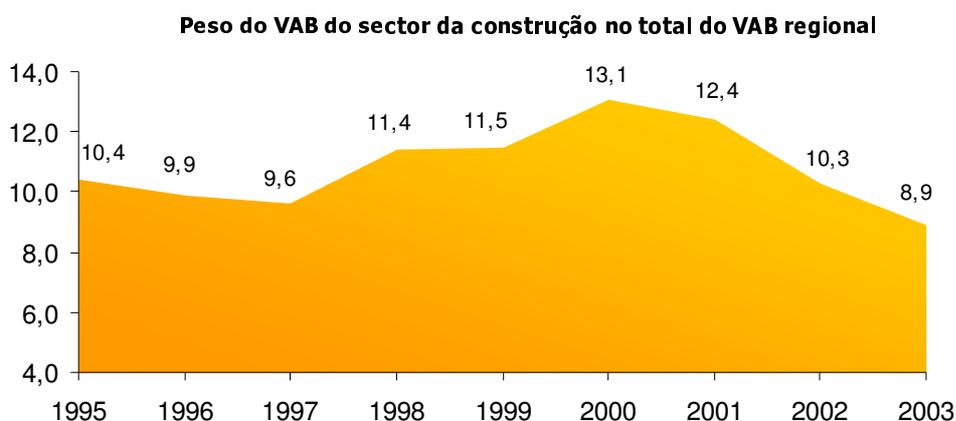


é indício da confiança que os empresários mantêm no sector turístico regional. O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de hóspedes entrados na Região entre 1998 e 2004.



Fonte: Direcção Regional de Estatística

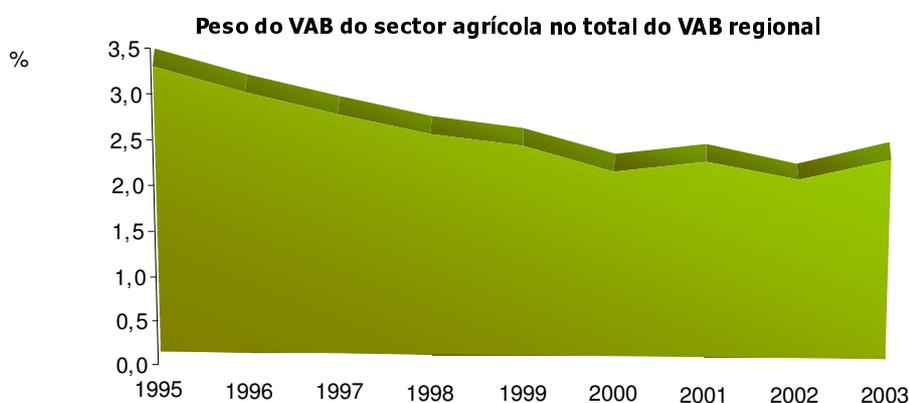
As actividades conexas à construção têm registado abrandamentos nos últimos anos, chegando, inclusivamente, a perder peso na estrutura económica da Região, entre o ano 2000 e 2003. Com efeito, em 2003, o peso da construção na economia regional era de 8,9%, o que, apesar de significativo, traduziu uma quebra de 4,1 p.p. em relação ao ano de 2000. O gráfico que se apresenta a seguir ilustra a evolução do sector da construção entre 1995 e 2003, em termos da sua importância relativa na economia regional.



Fonte: INE



A actividade agrícola mantém-se pouco significativa no que respeita ao peso na economia regional. Com efeito, as actividades ligadas à agricultura, produção animal, caça e silvicultura não apresentam um peso relativo superior a 3% já desde 1995. Não obstante, no ano de 2003 registou-se uma ligeira recuperação face ao ano anterior, passando dos 2,0% do total do VAB regional em 2002 para os 2,3%. A fraca atractividade do sector, associada às difíceis condições de exploração e os baixos rendimentos que lhe estão inerentes, podem explicar a evolução negativa que se tem observado nos últimos anos, levando muitos agricultores a optarem por outras actividades, nomeadamente a construção. O gráfico seguinte ilustra a evolução que o sector agrícola tem vindo a registar nos últimos anos.



Fonte: INE

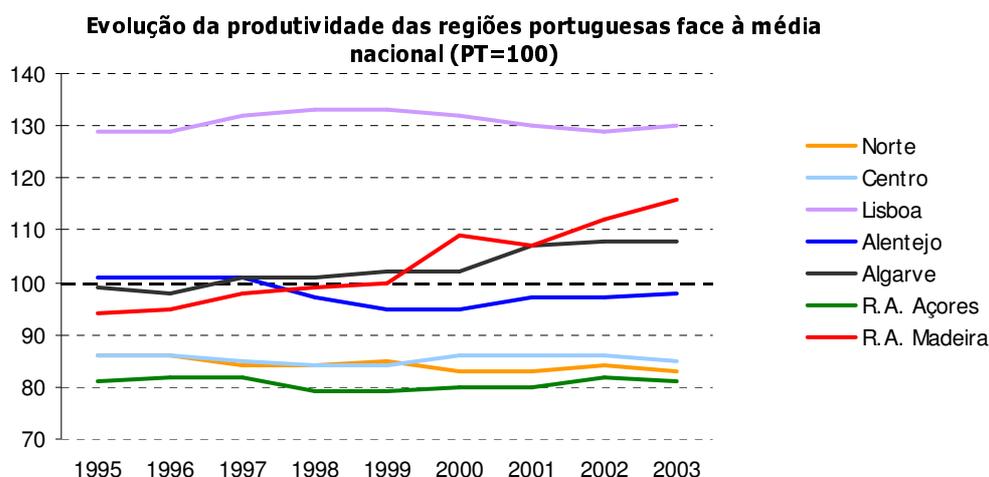
No que respeita à dimensão das empresas da Região e de acordo com os Quadros de Pessoal de 2002, o tecido empresarial caracteriza-se pelo predomínio de unidades de pequena dimensão, constituindo-se essencialmente por micro e pequenas empresas. Com efeito, em 2002, cerca de 78,7% das empresas tinham ao seu serviço menos de 10 trabalhadores e a quase totalidade (97,5%) das empresas não empregava mais de 50 pessoas.

Os dados relativos ao número médio de trabalhadores por empresas tendo em conta a sua dimensão mostram que, em 2002, as empresas com menos de 10 trabalhadores empregavam, em média, cerca de 3 pessoas. No seu conjunto, o tecido empresarial ocupava uma média de 10 trabalhadores por unidade empresarial. As empresas de



maior dimensão continuavam a ter pouca expressão no tecido empresarial da Região, uma vez que apenas 2,5% das empresas com sede na Região tinham, em 2002, 50 ou mais trabalhadores.

No que toca à produtividade média do trabalho, a Região registou, em 2003, níveis superiores aos da média nacional em 16%. Relativamente às restantes regiões de Portugal, apenas Lisboa registava níveis de produtividade média superiores aos da Região, com cerca de 30% acima da média nacional. Relativamente a 2002, a RAM aumentou a produtividade média do trabalho em 4 p.p., relativamente à média nacional. Em termos absolutos, a produtividade média do trabalho na Região atingiu, em 2003, os 30.337 euros, mais 1.665 euros do que no ano anterior. Conforme mostra o gráfico seguinte, e tomando como referência a produtividade média do trabalho de Portugal, a Região aumentou o seu nível médio de produtividade em 22 p.p. entre 1995 e 2003, tendo sido, por conseguinte, a região portuguesa que maiores progressos registou neste indicador ao longo do período considerado.



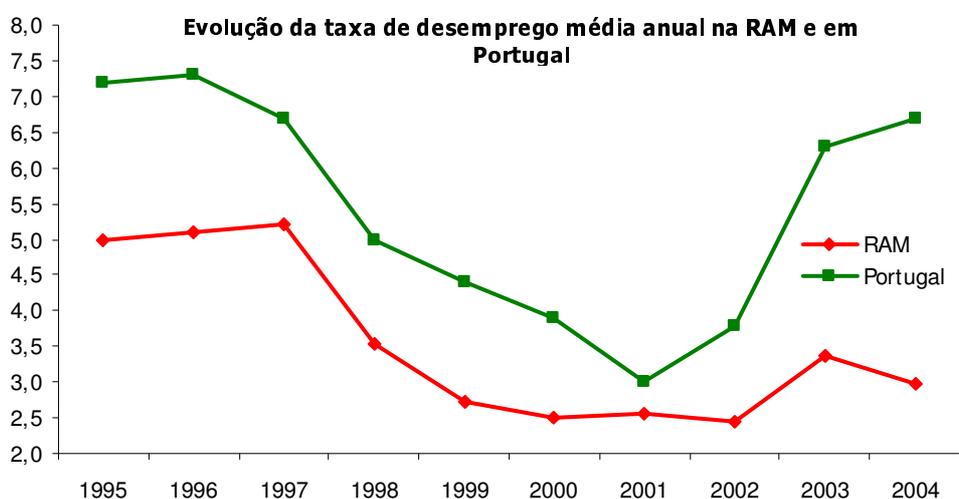
Fonte: INE

No que respeita ao emprego, a população empregada na Região era composta, em 2004, por 113.477 indivíduos, dos quais 45,8% do sexo feminino. Em retrospectiva, a população empregada na Região tem vindo a registar aumentos significativos nos anos mais recentes, resultado de um aumento de 5.880 empregados face a 2001. Em 2003,



o número de pessoas empregadas era de 112.312, tendo-se registado portanto um aumento de 1.165 pessoas no mercado de trabalho no ano seguinte.

A taxa de desemprego média anual tem-se mantido em níveis manifestamente baixos, não tendo ultrapassado os 3,0% em 2004, que compara com os 6,7% registados ao nível nacional. O aumento do emprego e as taxas de desemprego nos níveis baixos em que se encontram, são demonstrativos da dinâmica da economia regional, que tem sido capaz de absorver os recursos humanos disponíveis na economia. O gráfico seguinte ilustra a evolução da taxa de desemprego na Região, assim como a taxa de desemprego média de Portugal, entre 1995 e 2004.



Fonte: INE

A inflação, medida pela taxa de variação média anual do índice de preços, fixou-se, em 2004 nos 2,8%, menos 0,2 p.p. do que no ano anterior. A política de estabilidade de preços, tida como fundamental ao prosseguimento do desenvolvimento económico sustentado e preconizada pela União Europeia através do BCE, tem sido concretizada na Região, onde se tem inclusivamente assistido a um abrandamento do crescimento do nível geral dos preços. Com efeito, desde 2001, a taxa de inflação anual tem vindo a registar valores cada vez mais baixos, passando de 3,6% nesse ano para os actuais 2,8%.

Os últimos dados do comércio internacional para a Região, dão conta de um acréscimo das exportações de 6,7% em 2003 face ao ano anterior. Analisando a informação pelo destino das mercadorias regionais, em 2003, verificou-se um acréscimo de 24,3% nas



expedições regionais para o espaço comunitário¹ face ao ano anterior. O resultado global das exportações reflectiu a quebra de 5,4% nas vendas de mercadorias da Região para o mercado extra-comunitário. No que respeita às importações, registou-se um crescimento quase três vezes superior ao das exportações, tendo a Região gasto mais 18,3% em produtos importados, em 2003, do que no ano anterior. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi, em 2003, de 17,3%, menos 1,9 p.p. do que em 2002.

Por mercados, a Região manteve, em 2003, o grosso das suas relações comerciais com os países da União Europeia. Com efeito, 68,1% das importações da RAM resultaram de compras de mercadorias oriundas da UE. Curiosamente, o mesmo já não aconteceu com as exportações de mercadorias, uma vez que mais de metade do valor das mercadorias vendidas (52,4%) tiveram como destino países externos à UE15.

Ao nível intra-comunitário, os principais receptores das mercadorias vendidas pela Região, em 2003, foram a Espanha, que absorveu 36,6% das expedições, seguida da França (21,8%) e do Reino Unido (13,6%). Os nossos maiores fornecedores no ano de referência foram a Espanha, a França e a Itália, responsáveis, respectivamente, por 30,9%, 19,7% e 12,6% do total de chegadas de mercadorias oriundas da União Europeia. Os dados disponíveis permitem aferir a importância estratégica que a Espanha representa no âmbito das relações comerciais com a RAM, constituindo-se como um dos principais parceiros comerciais da Região em 2003.

No que respeita às relações comerciais com o mercado externo à UE15, registou-se, em 2003, um crescimento acentuado das importações (32,4%) face ao ano anterior. Tal como já acontecia em 2002, a Turquia foi o país de onde a Região mais importou totalizando 37,7% do total das compras feitas pela RAM aos países não pertencentes à UE. O Brasil e a Moldávia constituíram-se também como fornecedores importantes para a Região, tendo sido, em 2003, os países de origem de 15,7% e 11,8% do total das mercadorias adquiridas ao espaço exterior à União Europeia, respectivamente. No que respeita às exportações, os melhores clientes da Região no ano considerado foram os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, nomeadamente Angola (44,2%) e Cabo Verde (15,1%). Os Estados Unidos da América continuaram a ser um importante

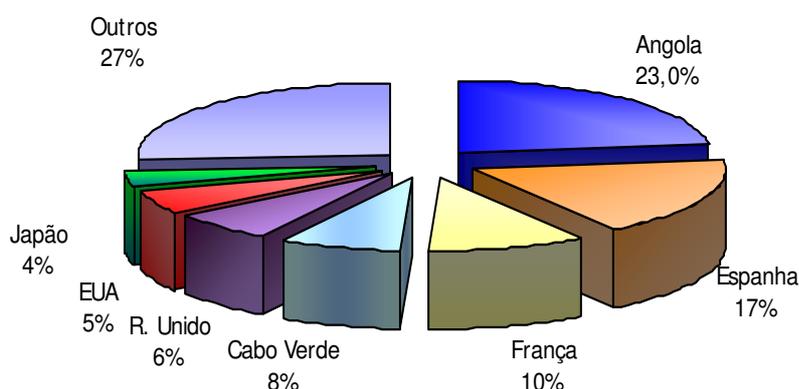
¹ Em 2003 eram considerados os 15 países pertencentes à União Europeia



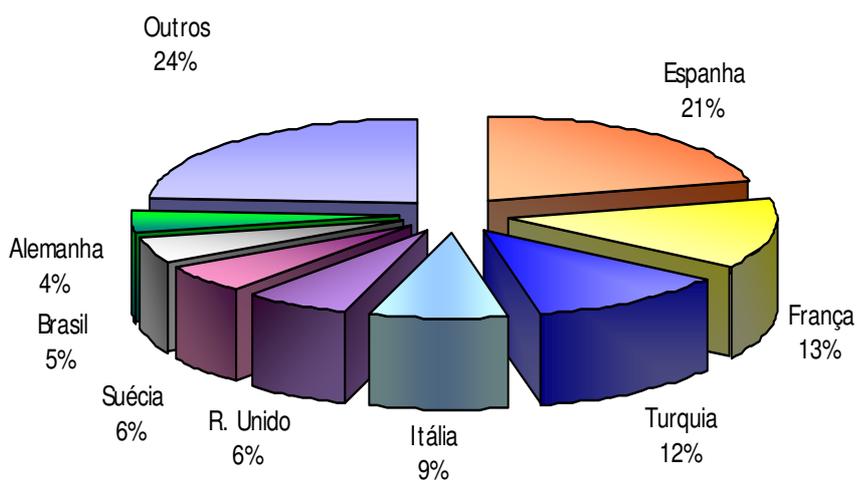
destino das exportações da Região, tendo sido responsáveis pela aquisição de 10,3% dos produtos vendidos ao mercado extra-comunitário.

Os gráficos seguintes mostram a estrutura dos principais destinos das mercadorias regionais assim como os principais fornecedores da Região, no que respeita ao comércio internacional, em 2003.

Exportações de mercadorias da Região por principais países de destino em 2003



Importações de mercadorias da Região por principais países de origem em 2003



Fonte: Direcção Regional de Estatística



O desenvolvimento económico sustentado que a Região tem vindo a registar nos últimos anos, deverá continuar alicerçado no forte investimento, quer de natureza pública, quer de carácter privado, dando enfoque não só aos problemas de carência infraestrutural que ainda subsistem, mas também ao reforço da competitividade regional assente na sociedade da informação e do conhecimento.

O desafio que se coloca à Região reside no fortalecimento do dinamismo económico regional, assente no desenvolvimento integrado e sustentado, no reforço da coesão regional, no aprofundamento da equidade e justiça social, no reforço de parcerias e na valorização do capital humano, evidenciando cada vez mais a Região como uma referência de sucesso no contexto nacional, europeu e internacional.

Fonte: PIDDAR 2006

